

PATRIMÔNIO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA FORMAÇÃO NORMALISTA EM MADUREIRA

Elaine Di Carantonio

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PropEd/UERJ), bolsista CAPES e Membro do Grupo de Pesquisa Kékeré, vinculado à mesma instituição, Rio de Janeiro - RJ Brasil; elainedicarantonio@gmail.com

Introdução

A pesquisa apresentada deriva do projeto 'Ler e escrever para não silenciar: educação antirracista, tecnologias, histórias e cidadania', iniciativa do Núcleo de Pesquisa, Educação, Corpos, Histórias e Memórias Negras (NECOHM/UERJ), sob coordenação da Professora Doutora Iamara Viana. O trabalho desenvolve-se em parceria com o Instituto de Educação Carmela Dutra (IECD), em Madureira, zona norte da cidade do Rio de Janeiro.

A motivação central surge da análise de uma cooperação anterior entre o IECD e o Laboratório de Ensino de História e Patrimônio Cultural (Leehpac/PUC-Rio), entre 2014 e 2019. Naquele período, observou-se que o desconhecimento dos alunos sobre os patrimônios locais refletia um distanciamento em relação às suas próprias histórias. Tal cenário reforça a urgência da educação patrimonial como base para práticas pedagógicas antirracistas e para a construção de relações não hierarquizadas entre os aparelhos culturais do bairro, em estrita consonância com as Leis 10.639/03 e 11.645/08, que obrigam o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena na educação.

De acordo com Patrícia Hill Collins (2021), a escola é um microcosmo social, refletindo a interseccionalidade das opressões em seu cotidiano escolar; porém, a educação traz uma consciência crítica, posicionando melhor os grupos oprimidos para desafiar suas experiências de desigualdade social. Com isto, a importância dessas atividades antirracistas na formação normalista merece destaque. Ter profissionais com olhar crítico e capazes de intervir em tais desigualdades possibilita a mudança das reproduções de opressões. É válido dizer, que o conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw (2015), no contexto do feminismo negro norte-americano, ecoou no Brasil a partir de trabalhos como o de Carla Akotirene. O termo critica a sobreposição de vulnerabilidades que atinge, sobretudo, as mulheres negras por sofrerem duplamente: com o racismo numa sociedade racista e com o machismo numa sociedade patriarcal.

A pesquisa tem como objetivo acompanhar o cotidiano escolar, explorando os desafios, dores e sabores da prática docente. Deste modo, elaborando práticas pedagógicas para o aperfeiçoamento da educação antirracista na formação de professoras e professores do Instituto de Educação Carmela Dutra.



Fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/03/12/diretor-do-carmela-dutra-e-afastado-apos-alunas-denunciarem-2-professores-por-assedio-sexual.ghtml>

Metodologia

A metodologia fundamentou-se na colaboração entre discentes de graduação dos cursos de História e Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e docentes do IECD. A dinâmica baseou-se no acompanhamento do cotidiano escolar por bolsistas, cujas observações eram partilhadas em reuniões semanais. Inicialmente, aplicou-se um questionário anônimo para apreender não apenas o repertório dos alunos sobre patrimônio, mas também sua identidade (gênero, residência e religiosidade), permitindo uma análise mais ampla do público-alvo.

Esses dados nortearam o desenvolvimento de oficinas pedagógicas que privilegiaram a horizontalidade entre escola e universidade. Entre as ações, destacam-se as Rodas de Leitura sobre personalidades negras e a oficina 'Mulheres na roda: gênero, raça e interseccionalidade', que fomentou discussões sobre as violências estruturais e as estratégias de resistência feminina ao longo da história.

Resultados e Discussões

A análise dos questionários aplicados a 30 estudantes do Ensino Médio evidenciou um distanciamento em relação ao patrimônio local: 53,3% desconheciam o conceito; 16,6% confundiam o termo com aparelhos culturais contemporâneos do bairro, como o Parque Madureira Mestre Monarco; e 20% reconheciam apenas monumentos distantes de sua realidade territorial, como o Cristo Redentor. Apenas 10% identificaram corretamente um patrimônio do bairro. Tais dados ratificam a tese de Viana e Mello (2013) sobre a necessidade de metodologias dinâmicas que articulem o patrimônio aos conteúdos curriculares de História,

combatendo o silenciamento das memórias locais e potencializando narrativas do próprio território.

No que tange às atividades práticas, a Roda de Leitura revelou, inicialmente, uma lacuna no repertório dos alunos sobre intelectuais e ativistas negros, limitando-se a figuras do entretenimento, como: apresentadores, atrizes e atores. Entretanto, a mediação com a coleção *Black Power* (Editora Mostarda) promoveu um deslocamento de percepção. Embora figuras como Barack Obama e Malcolm X fossem conhecidas, o contato com trajetórias como as de Laudelina de Campos Mello e Beatriz Nascimento gerou um visível sentimento de pertencimento e entusiasmo. A leitura do livro “Quarto de Despejo - Diário de uma Favelada”, de Carolina Maria de Jesus, possibilitou reconhecimento social por parte dos discentes interlocutores, pois as denúncias retratadas pela autora tinham similaridade com suas realidades.

Por fim, a oficina “Mulheres na roda” articulou o conceito de interseccionalidade à historicidade das lutas femininas ao retratar as principais conquistas e as batalhas que ainda precisarão serem vencidas. A utilização da simbologia das *Yabás*, divindades femininas cultuadas no Candomblé e na Umbanda, permitiu uma conexão ancestral e ao mesmo tempo contemporânea. A proposta possibilitou que as estudantes refletissem sobre suas próprias vivências de resistência associando a força das ancestrais femininas.

Durante a oficina, o debate sobre interseccionalidade transcendeu a teoria quando as estudantes relataram vivências cotidianas de violência, estratégias para combater e a hiperssexualização de seus corpos, mencionando o uso de suas roupas como objeto de fetiche também no ambiente escolar. Esse cenário de vulnerabilidade, em fevereiro de 2022, culminou em um episódio de resistência política: um protesto organizado pelas próprias alunas contra casos de importunação sexual e assédio ocorridos na instituição de ensino mencionada e que serviu de campo para a realização do referido projeto. O movimento resultou no afastamento do diretor e de dois professores da instituição, evidenciando que a prática pedagógica antirracista e feminista deve, obrigatoriamente, oferecer suporte para que as estudantes reconheçam e combatam as violações e façam valer seus direitos. Tais relatos confirmam a urgência de uma educação que não apenas conceitue a opressão, mas que forneça subsídios para a emancipação e proteção das meninas negras e periféricas.



REALIZAÇÃO:

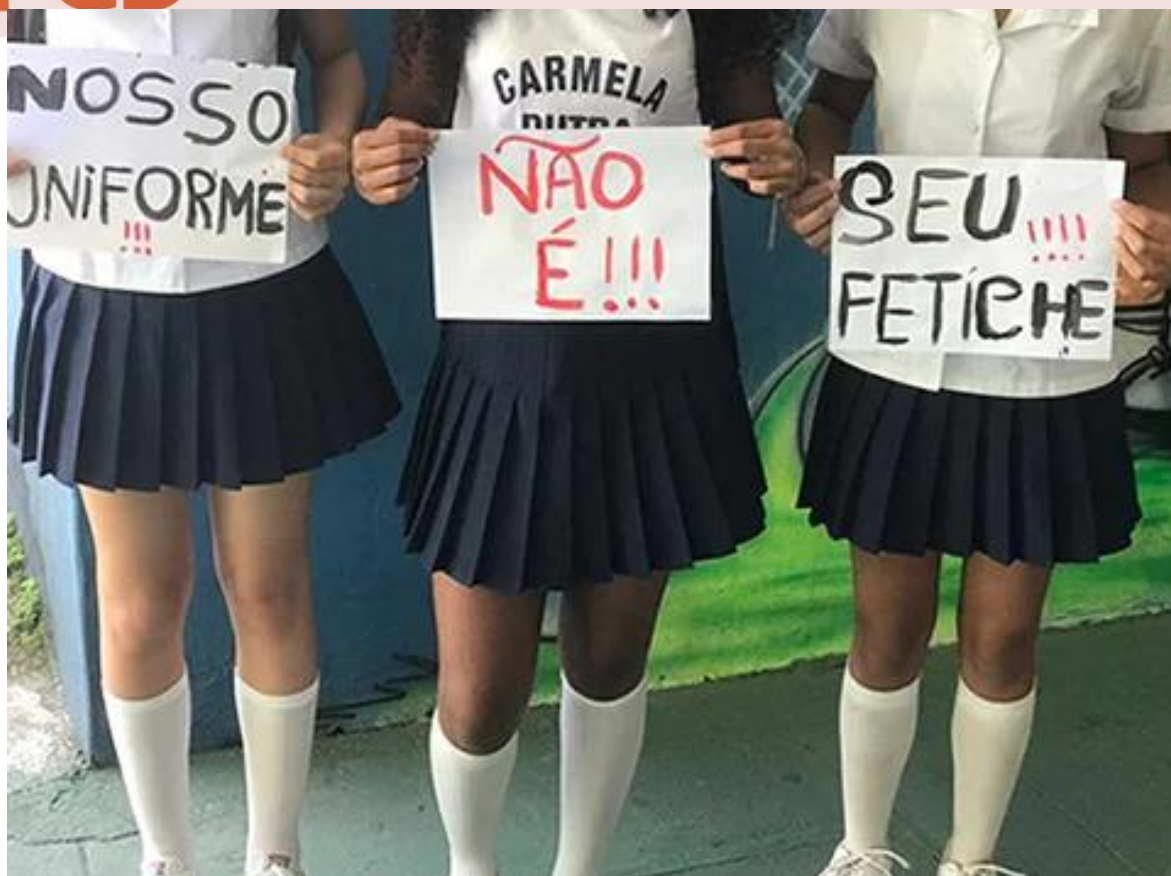


UECE



AINPGP

Associação Nacional de Instituições de Ensino Superior do Brasil



Fonte: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2022/03/6357954-policia-civil-ouve-cinco-pessoas-em-investigacao-de-assedio-sexual-no-instituto-carmela-dutra.html>



Fonte: <https://www.tupi.fm/rio/alunas-do-colegio-carmela-dutra-denunciam-assedio-de-professores/>

Conclusões

A reverberação deste projeto como estratégia de ensino-aprendizagem permite socializar caminhos e resultados bem-sucedidos na condução de uma educação antirracista. As reflexões sobre a potência da formação docente nessa perspectiva demonstram um campo em constante fortalecimento. Conclui-se, em consonância com os aportes teóricos mobilizados, que a educação é a ferramenta primordial para a construção de uma consciência crítica, instrumentalizando grupos subalternizados para a compreensão e o enfrentamento das desigualdades sociais.

Apesar dos desafios estruturais para a implementação efetiva das Leis 10.639/03 e 11.645/08, os impactos nas redes de ensino e na qualidade dos fazeres pedagógicos são notáveis. É imperativo reconhecer não apenas a potência endógena de nossas práticas, mas também a importância de consolidar essas experiências como referências para a formação de profissionais capazes de exercer um olhar sensível, crítico e transformador diante da realidade escolar brasileira.

Palavras-Chave: Antirracismo; Lei 10.639/03; Lei 11.645/08; Formação Docente; Educação Patrimonial.

Referências Bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

VIANA, Iamara da Silva; MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. Educação Patrimonial e Ensino de História: diálogos. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 141-156, jan./dez. 2013.